

As primeiras medidas de austeridade

por Cláudia Safatle
de Brasília

O novo governo anunciou, no primeiro dia útil de trabalho, meia dúzia de importantes medidas que serão adotadas a partir de hoje para reduzir o déficit público, recalibrar o controle monetário e fiscal e reorientar os investimentos para os setores prioritários: agricultura, exportação e atividades que gerem emprego e melhor distribuam a renda. Foi a primeira consequência prática do discurso de Tancredo Neves lido domingo para os ministros pelo presidente interino, José Sarney, cuja ordem foi: "É proibido gastar". Ontem mesmo, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e o ministro do Planejamento, João Sayad, tomaram as primeiras providências, que foram:

- Os bancos oficiais federais paralisarão por sessenta dias suas operações ativas e, durante esse período, aplicarão seu pas-



Francisco Dornelles

sivo não monetário em títulos públicos. Após os dois meses que terão para reavaliar suas disponibilidades e adequar as aplicações nos setores eleitos como prioridade do governo Tancredo Neves, eles voltarão a operar. Para o Banco do Brasil e o Banco Central será elaborada uma programação monetária na próxima semana. Isto

significa que mesmo os setores agrícola e exportador poderão ressentir-se da falta de recursos, num primeiro momento. Mas, segundo Sebastião Marcos Vital, secretário geral do Ministério da Fazenda, a ideia do governo é "engordar" a destinação de recursos para esses setores, tanto no Banco do Brasil quanto no restante da rede oficial, o que poderá ocorrer já a partir da semana passada.

- O orçamento fiscal sofrerá um corte adicional de dez pontos percentuais sobre os Cr\$ 82,3 trilhões programados para receita e despesa neste ano. Esse percentual soma-se aos 15% de corte estabelecidos pelo presidente João Figueiredo, ao final do ano passado, devendo gerar uma economia próxima de Cr\$ 10 trilhões.

- Estão vedadas até 31 de dezembro as contratações de novos funcionários tanto para a administração direta quanto para a indireta e para fundações que recebam recursos à conta do Tesouro Nacional, mesmo nos casos em que se previa o critério de excepcionalidade do presidente da República. Os novos ministérios criados pela atual gestão terão de operar com remanejamentos de funcionários.

- Cada Ministério terá um fluxo mensal e automático de recursos. A Comissão de Programação Financeira (CPF), do Ministério da Fazenda, fará o mapa das liberações mês a mês até o final deste ano.

- Este governo regulamentará as penalidades estipuladas no Decreto-lei nº 2.169, de outubro do ano passado, que prevê penalidades para os órgãos de governo, estados e municípios que recorrerem ao Aviso GB-588, caracterizando inadimplemento junto aos credores externos.

- O ministro Francisco Dornelles enviou aviso ao novo presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, para que este proceda a rigorosa fiscalização no cumprimento da Resolução nº 991, que estabeleceu as regras de rolagem da dívida do setor público, permitindo o refinanciamento de 90% do principal.

Segundo revelou Sebastião Marcos Vital, que assumiu ontem o cargo, por trás dessas

As primeiras medidas de...

por Cláudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

primeiras medidas está uma intenção forte do governo, que é fechar o ano de 1985 com uma taxa de inflação inferior aos 223% realizados no ano passado, à proporção que elas terão impacto na redução do déficit público e até na queda das taxas de juros.

Ontem mesmo o ministro da Fazenda enviou telex aos bancos oficiais — BNH, BNDES, BASA, BNB e Caixa Econômica Federal — recomendando a suspensão das operações ativas por sessenta dias, exceto para o Banco Central, que terá as carteiras de fomento congeladas por noventa dias, e para o Banco do Brasil, que será objeto de uma programação monetária para o ano todo, prevenindo os desembolsos mensais. Essa medida tem como pano de fundo um importante resultado: são quase uma centena de trilhões que, paralisados, serão revertidos para a compra de títulos públicos no extramercado, com significativo impacto na redução da base monetária.

A rede oficial federal poderá operar apenas com a rolagem de dívida, que segue o seguinte esquema: 100% do principal corrigido e pagamento dos juros para o setor privado e 90% do principal corrigido mais pagamento de juros no caso de rolagem de dívida do setor público.

Cada ministério e entidade integrada no orçamento da União terá de apresentar, dentro de trinta dias, a contar de hoje, sua nova programação de gastos. Segundo o titular da Secretaria Especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista de Abreu, a tesoura deverá atingir os gastos com investimentos, já que terá

de ser dada prioridade para o pagamento de dívidas.

Essa prioridade está expressa na atitude do novo governo, que regulamentará ainda nesta semana o Decreto-lei nº 2.169, de outubro do ano passado, que estabelecia punições para os dirigentes de empresas estatais que recorressem ao Aviso GB-588. Ou seja, que ficassem inadimplentes junto aos credores internacionais, deixando a cargo do Banco do Brasil o pagamento de seus débitos externos. Por esse decreto-lei, o Banco do Brasil terá de comunicar o desembolso ao Banco Central e notificar a entidade devedora para que ela venha a ressarcir a instituição num prazo de trinta dias, depois do qual passa a incidir multa de 10% sobre o valor do Aviso GB-588, além de ser corrigido monetariamente e vigorar juros de 1%. Terá ainda todos os depósitos em instituições financeiras bloqueados e noventa dias após o prazo, se o débito não for liquidado, será inscrito na dívida ativa da União, com a indicação dos dirigentes responsáveis.

Portanto, como resultado das medidas, os órgãos do governo ficarão noventa dias sem gastar e os bancos oficiais, sessenta dias sem emprestar. A consequência lógica dessas providências, esperada por Vital e Batista de Abreu, é uma substancial queda da expansão monetária, do déficit público nominal e, assim, da inflação. Eles não consideram tais medidas refreadoras do crescimento econômico, pois elas abririam espaços, inclusive no mercado financeiro, para o setor privado. Aham, também, que esta é a única forma de encontrar recursos para os setores realmente prioritários. Ou seja, que produzam alimentos, que gerem emprego, que melhor distribuam a renda e, ainda, que resultem em maior exportação.